

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

GABRIELA PEREIRA PERES

**SITUAÇÃO LÍNGUÍSTICA DE REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL:
O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO**

FLORIANÓPOLIS
2015

GABRIELA PEREIRA PERES

**SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL:
O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO**

Monografia submetida ao curso de Letras – Língua e Literatura Vernáculas em Português da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de bacharel em Letras. Orientadora Prof. Dr^a Cristine Gorski Severo.

Florianópolis
2015

Gabriela Pereira Peres

**SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL:
O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Bacharel”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Graduação em Línguas e Literaturas Vernáculas.

Florianópolis, 22 de julho de 2016.

Prof. Dr. Stélio Furlan
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cristine Gorski Severo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Me. Alexandre Cohn da Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Me. Christiane da Silva Dias
Universidade Federal de Santa Catarina.

para minha mãe, meus
irmãos, meu namorado e
meus amigos, que sempre
estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me guiou até aqui e que me ouviu e me atendeu em todas as minhas preces.

Agradeço profundamente à minha mãe, Marlene Pereira Peres, que eu amo tanto e que foi a minha primeira incentivadora. Sem ela, nem sei se tomaria a iniciativa de começar este curso.

Agradeço aos meus irmãos, Rafael, Gabriel e Daniel, que amo incondicionalmente e que são o meu maior estímulo para celebrar a vida. Quem me conhece sabe o quanto “eu amo os meus irmãos” e o quanto eles são essenciais na minha vida.

Aos meus amigos dentro e fora da Universidade, que me apoiaram e que serviram de inspiração e exemplo.

Aos professores que estimularam a cada momento esta caminhada, em especial à Prof. Cristine Severo Gorski, que admiro e que se tornou um exemplo de conhecimento para mim neste percurso.

Ao meu namorado Thiago, que esteve ao meu lado desde o início, com muita paciência, amor e cumplicidade.

A todos os refugiados sírios, ONG'S e amigos que agiram diretamente neste trabalho e que contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

Se eu pudesse definir o meu problema, o que eu passei, esse êxodo que eu fiz até aqui... Primeiramente eu posso dizer, foi difícil porque o povo brasileiro não tem conhecimento de outras coisas. Quando fala “refugiado”, ele pensa que você matou. Quando fala “refugiado”, ele pensa que foi você que matou, aí ele se assusta, ele tem medo de você. [...] Quando você vai procurar emprego ou uma ajuda qualquer e veem a classificação “refugiado”, eles ficam com medo. Isso até no banco! “Uh! Você matou, você assaltou, você é assassino? Você veio se refugiar aqui...?” (ROGER, 2000)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o contexto sírio na condição de refugiados no Brasil e dar um novo olhar ao Ensino de Português como língua de acolhimento, numa visão intercultural. Para o início de uma integração social destes deslocados no país o aprendizado da língua se torna imprescindível. Entretanto, é fundamental que estas pessoas preservem a sua língua materna também, pois a língua faz parte da sua identidade. O processo de integração destas pessoas num país novo, não é fácil, já que não escolheram mudar de país e, tampouco mudar de língua. Portanto, a proposta aqui é considerar um processo de ensino da língua de acolhimento com base nas expectativas e necessidades dos refugiados, conhecendo e respeitando suas limitações sociais e culturais bem como questões de preservação de identidade.

Palavras-chave: Refugiados. Língua. Sírios. Língua de acolhimento.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze the Syrians context in the condition of refugees in Brazil and to give a new look at Teaching Portuguese as a host language, in a intercultural vision. For the beginning of this displaced's social integration in the country, the language learning becomes essential. However, it is fundamental that these people also preserve their mother tongue, because the language is part of their identity. These people's integration process in a new country is not easy, since they have not chosen to move to another country, either to change language. Therefore, the proposal here is to consider a host language teaching process based on the refugees' expectations and needs, knowing and respecting their social and cultural limitations as well as identity preservation matters.

Key words: Refugees; Language; Syrians; Host language

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CONARE – Conselho Nacional para Refugiados

NEPPE – Núcleo de Ensino de Português para Estrangeiros

CELPE-BRAS – Certificado de proficiência em Língua Portuguesa

SIPLE – Sociedade Internacional de Português - Língua Estrangeira

COMIGRAR – Conferência sobre Migração

LP – Língua Portuguesa

LE – Língua Estrangeira

PLE – Português Língua Estrangeira

LA – Língua de Acolhimento

PLA – Português Língua de Acolhimento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	6
Gráfico 2:	9

Sumário

Introdução.....	1
1. Refugiados.....	4
1.1 Refugiados no Brasil	6
1.2 Contextualizando a situação dos sírios: breve histórico da Guerra na Síria.....	10
1.3 As questões religiosas	12
1.4 A importância do uso da língua árabe nas práticas religiosas por refugiados sírios	13
2 Das análises	14
2.1 Refugiados sírios no Brasil e a fragilidade da política de asilo	14
2.2 Refugiados sírios e a questão da (s) língua (s) em Florianópolis	18
2.3 O ensino da Língua Portuguesa (LP) como Língua de Acolhimento (LA).....	24
2.4 Português como língua de acolhimento	26
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	33
ANEXOS	38

Introdução

Há muito, que conflitos armados, violência, violações dos direitos humanos, perseguições e até mesmo causas naturais obrigam milhares de pessoas a abandonar suas casas e deixar suas vidas para trás em busca de segurança em outros países. Em busca de sobrevivência, estas pessoas procuram por um país que, além de proteção, lhes ofereça a oportunidade de um recomeço de vida, onde possam viver em paz e preservar a sua fé, costumes, tradições e cultura. Essas pessoas, vítimas de todo tipo de violência por conflitos armados e perseguições religiosas e étnicas, e que fogem em busca de asilo em outros países, são os chamados refugiados.

Segundo o ACNUR¹, o refúgio é um direito garantido por uma convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1951, criado após a Segunda Guerra Mundial, que gerou um grande número de refugiados. Entretanto, esse direito, embora seja visto como um problema de ordem pública para alguns, não obriga o Estado a conceder asilo, o que acaba formando uma lacuna entre o direito individual de solicitar asilo e o discernimento do Estado em concedê-lo, aumentando as dificuldades das pessoas que buscam refúgio em determinados países. Mas, mesmo em meio a tantas dificuldades, essas pessoas enxergam no deslocamento a única forma de sobrevivência em meio a guerra e violações dos direitos humanos, se dispostos a enfrentar os inúmeros problemas que surgem para se estabelecer neste novo país.

As políticas públicas que existem para garantir os direitos dos refugiados, nem sempre funcionam como deveriam, levando muitos refugiados a dependerem de alguma forma de solidariedade. São muitas as dificuldades, por exemplo, para se conseguir emprego, já que além da dificuldade para obter os documentos necessários, muitos não conhecem a língua do país de acolhida, e isto acaba se tornando uma barreira no processo de integração do refugiado, uma vez que a comunicação se transforma em um dos requisitos mais importantes para a permanência desse indivíduo no país estrangeiro². O foco deste trabalho será a realidade da situação linguística que os refugiados enfrentam no Brasil, especialmente os sírios que tentam se adaptar à nova vida na cidade de Florianópolis em Santa Catarina, onde se encontra uma quantidade significativa destes grupos. Buscamos conhecer as dificuldades encontradas por eles na cidade, principalmente por conta da língua, bem como seu processo de integração com a língua portuguesa, além da preservação da língua materna em comunidades de sírios.

¹Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>, acesso em 28/25/2015.

²Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>, acesso em 28/05/2015.

O estudo se inicia com um breve panorama da questão do refúgio no mundo, trazendo as políticas públicas que tratam desse assunto, principalmente no Brasil, discutindo as dificuldades que estes grupos encontram ao chegar ao país devido à falta de assistência e suporte em todas as áreas, principalmente em relação à língua. Será abordada a legislação nacional, lei 9.474/97 que trata das políticas públicas sobre este assunto, apresentando as normas de deslocamento de um país para outro e sua aplicação no território nacional, bem como o seu funcionamento.

Uma vez discutidos estes assuntos, se iniciará uma abordagem sobre a guerra na Síria e os refugiados deste país, focando principalmente em um grupo de sírios refugiados em Florianópolis. Buscou-se, conhecer as dificuldades que eles enfrentam por conta da língua, dificuldades de comunicação e de compreensão, os esforços que eles têm feito para lidar com a Língua Portuguesa, além dos aspectos culturais, levando em consideração que, além de sobreviver, eles precisam também de condições básicas para se manter em um novo país. Buscou-se, também, atentar para o fato de que todo estrangeiro traz consigo a sua identidade cultural, a sua trajetória vivencial e a sua língua materna, mostrando, com isso, como se dá o processo de aquisição de uma nova língua num momento tão emergencial, como é o caso do refúgio, respeitando as tradições culturais e linguísticas deste grupo de refugiados e também a importância da preservação da língua materna que continua sendo usada por essas pessoas em muitos contextos. Por fim, é feita uma reflexão sobre como poderia ser feito um trabalho de ensino do português como língua de acolhimento para estes estrangeiros que chegam ao Brasil em condições precárias, levando em consideração as dificuldades emergenciais que eles enfrentam logo na chegada ao país, tratando a língua como prática social.

Para abordar o assunto em questão, além de pesquisa bibliográfica sobre este assunto tão atual, foi realizado também um trabalho de campo junto aos grupos de refugiados sírios na cidade de Florianópolis.

A seguir, trago uma pequena narração sobre o meu percurso em busca de uma aproximação com esses refugiados.

O início de tudo se deu pela busca de um recorte para este assunto. Numa de minhas pesquisas pela internet, encontrei uma reportagem que falava sobre uma Conferência de Migração e Refúgio que aconteceu em Florianópolis. Nesta reportagem encontrei alguns nomes que me ajudaram a chegar até os refugiados sírios, sujeitos que motivaram a primeira etapa da minha pesquisa: identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos sírios com a língua.

O meu percurso em busca dos sujeitos sírios incluiu além de uma reunião junto à Cáritas, onde recebi informações a respeito das assistências prestadas por eles à

imigrantes e refugiados, uma visita ao Centro Islâmico em Florianópolis, onde o “sheik” me ajudou a intermediar a minha primeira conversa com sírios sobre questões linguísticas. Além dessa visita, participei também de uma aula de português na Mesquita, onde estabeleci outros contatos e pude conversar com outros sírios que se disponibilizaram a ajudar com a pesquisa através das redes sociais.

Todas as anotações que fiz ao longo de todo este trabalho de campo servem como contribuição para analisar a situação linguística e o processo de integração dos refugiados com a língua portuguesa, tratando-a como língua de acolhimento. Assim, separei esta pesquisa em duas partes. A primeira parte tratará dos conceitos e da contextualização do tema, e a segunda parte tratará do contexto de refugiados sírios no Brasil e do papel da língua no processo de integração, propondo um diálogo intercultural, levando em consideração que, numa sociedade, que está inserida num contexto de diversidade cultural e linguística, a preservação da língua materna é fundamental para que estes refugiados árabes mantenham a sua identidade em situações que são de grande importância para eles, principalmente o religioso.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: na primeira parte será abordada a questão dos refugiados pelo mundo, explicando os motivos de deslocamentos, além de apresentar as políticas públicas que tratam deste assunto no Brasil e as ONG's que prestam assistências a estes grupos. Será feito um breve percurso sobre a guerra civil na Síria e o contexto religioso do país. Na segunda parte, serão observadas as análises feitas na pesquisa de campo, buscando compreender, através da participação em reuniões com as ONG's de apoio e conversas com refugiados sírios na mesquita de Florianópolis, sobre as principais dificuldades linguísticas que os requerentes de asilo encontram ao chegar ao país, refletindo sobre o ensino de português como língua de acolhimento, e levando em consideração os aspectos interculturais para a integração do refugiado na sociedade envolvente.

1. Refugiados

De acordo com o ACNUR, refugiado é um termo que surgiu para se referir às pessoas que não podem confiar nos seus governos para garantir seus direitos básicos e sua segurança, e nomeia assim, todos aqueles que por motivos de perseguição, desordem pública, guerra civil, fome, desastres naturais ou degradação ambiental, são obrigados a deixar sua terra natal em busca de refúgio em outros países³. As duas grandes guerras mundiais não foram os únicos, mas foram os principais acontecimentos geradores de muitos deslocamentos. Nesse contexto das guerras mundiais surge as Nações Unidas com um papel importante nas políticas de acolhimento:

“O sofrimento inenarrável vivenciado por milhões de criaturas humanas que sobreviveram à grande catástrofe do século XX – a Segunda Guerra Mundial (que ceifou a vida de 50 milhões de pessoas) – levou as Nações Unidas a elaborarem a Convenção que regula a situação jurídica dos refugiados aprovada pela Assembléia geral da ONU em 28 de julho de 1951, vigendo a partir de 21 de abril de 1954”. (DOLINGER, 2008:248).

O tema do refúgio ganhou importância na Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 1951, assumiu o compromisso para com os refugiados e atribuiu ao ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) a responsabilidade de iniciar trabalhos de condução e coordenação de ações internacionais de proteção e auxílio a estes grupos. Assim, o ACNUR se estabelece como uma agência que tem por finalidade o atendimento aos refugiados. Sua função era assegurar que qualquer pessoa que estivesse correndo risco de vida ou em situação de vulnerabilidade ambiental em seu país pudesse exercer o direito de buscar refúgio em outro país e, se as circunstâncias o permitissem ajudá-los a regressar ao seu país de origem, guiando-se pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e seu protocolo de 1967⁴.

Entre as finalidades do ACNUR está a de ajudar milhões de pessoas deslocadas a encontrar um lugar para recomeçar suas vidas e orientá-las neste processo, respondendo também às crises de refugiados em todo o mundo, acompanhando as transformações que se seguiram até hoje. A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados consolida prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornece a codificação dos seus direitos a nível internacional⁵. De acordo com esta Convenção, são considerados refugiados, os indivíduos que:

³ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>, acesso em 28/05/2015.

⁴ Missão do ACNUR disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/>, acesso em 28/05/2015.

⁵ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>, acesso em 28/05/2015.

-perseguidos por razões de raça, religião, nacionalidade, participação em um grupo social particular ou opinião política, são forçadas a fugir do seu país de origem, procurando auxílio e proteção em outros países;
-não tendo nacionalidade e estando fora do país de origem, não possam ou não queiram regressar a ele, devido aos motivos dispostos anteriormente;
-devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, são obrigados a deixar seu país de origem e buscar auxílio em outros países. (ONU)

Sendo assim, qualquer estrangeiro que se reconheça nas situações acima, independentemente de lhe ter sido concedido o “status” de refugiado, de acordo com esta convenção, deverá ser acolhido e ter o auxílio de que necessita nesta condição. Numa definição mais ampla da palavra, dada pelo ACNUR, deverá ser considerado refugiado aquele que for obrigado a deixar o seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. Entretanto, por mais que o direito de ser considerado refugiado e receber o auxílio de que necessita deva ser garantido a estas pessoas, é necessário a regulamentação da situação jurídica do indivíduo e/ou os seus direitos e benefícios para que os governos estabeleçam procedimentos que determinem esse “status”, de acordo com o seu sistema legal, sem discriminação quanto à raça, religião ou ao país de origem. Para isso, é necessário que o solicitante de refúgio instaure os fundamentos do seu temor, e os indivíduos que, depois deste processo, não forem considerados refugiados, poderão ser deportados. Já aos que receberem este “status”, devem ser garantidos os mesmos direitos básicos ao de qualquer estrangeiro que esteja residindo legalmente no país, bem como os direitos econômicos e sociais, como assistência médica, trabalho e escolaridade⁶. Concedido o asilo, os refugiados devem se submeter aos deveres jurídicos como o de se conformar e cumprir as leis e regulamentos do país de acolhida. Assim, em conformidade com todo o disposto, a Convenção diz que os países não devem/podem repatriar ou obrigar o regresso de deslocados para territórios onde possam enfrentar qualquer situação de perigo.

Dentre os muitos países que abrigam grupos de deslocados, está o Brasil, que até 2012, segundo dados do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), possuía 4.401 refugiados de 77 nacionalidades diferentes⁷. Contudo, este número foi crescendo e o país contabilizava 28.670 solicitações de refúgio até 2015.

⁶ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>, acesso em 28/05/2015.

⁷ Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/paises-em-desenvolvimento-abrigam-80-dos-refugiados-do-mundo/>, acesso em 28/05/2015.

Solicitações de refúgio

(entradas por ano, 2010-2015)

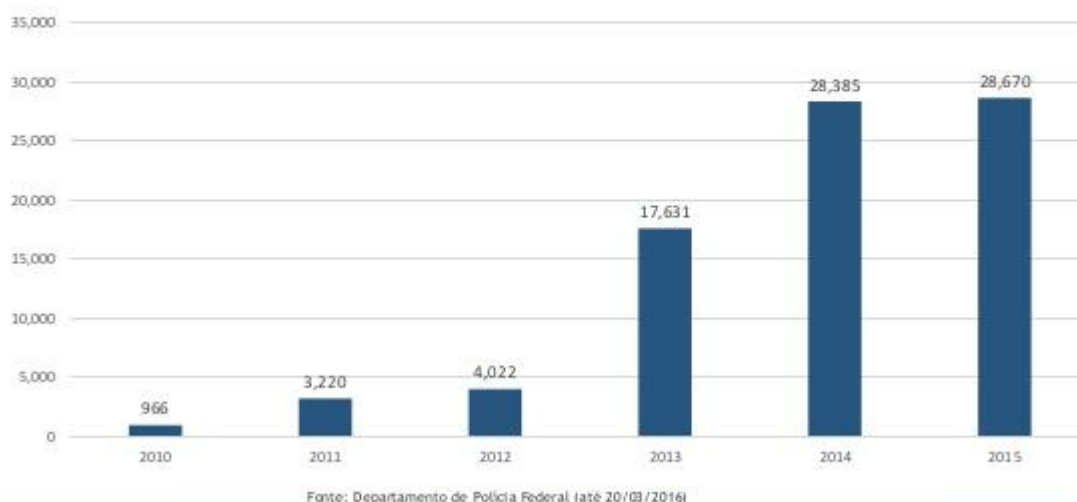


Gráfico 1: Solicitações de refúgio no Brasil. Fonte: CONARE.

Trata-se de pessoas que se deslocavam em sua maioria de Angola, Colômbia, República Democrática do Congo e Iraque, em busca de proteção. As guerras civis que ocorriam em África, por exemplo, deram origem a muitos refugiados que procuravam abrigo e proteção no Brasil, entre outros países. Dados nacionais do CONARE (Conselho Nacional para Refugiados) revelam, ainda, que entre 2010 e 2013 o número de pedidos de refúgio aumentou consideravelmente, fato que revela um crescente deslocamento de grupos variados para o Brasil. Salienta-se, ainda, que em 2013 grande parte das solicitações de refúgio foram provenientes da região sul do Brasil.

1.1 Refugiados no Brasil

Conforme a crise de refugiados vai aumentando, o Brasil, devido também às facilidades de permanência através do visto de turista, se torna uma alternativa de segurança e sobrevivência para pessoas de diferentes realidades.

A Constituição Federal de 1988 declara que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da “prevalência dos direitos humanos e da concessão do

asilo político”⁸. O “direito de asilo” cria uma prerrogativa para o indivíduo, perante o Estado em que busca asilar-se, e gera um dever para o Estado que é procurado como refúgio. Esta prerrogativa garante proteção a todo aquele que é perseguido de forma injusta ou arbitrária.⁹ Essa garantia é posta, nos seguintes termos, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo XIV. 1 – Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2 – Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivadas por crimes de direito comum ou por atos contrários ou objetivos e princípios das Nações Unidas.

Em seu último inciso, conclui o artigo:

10 – concessão de asilo político.

A concessão de asilo político não é, assim, um acidente, um pormenor no conjunto das estipulações do ordenamento jurídico brasileiro. O asilo político é princípio que fundamenta as relações internacionais do Brasil¹⁰.

Assim, conforme o disposto, é visto que o Estado não pode negar asilo quando requerido com base em razões legais. Entretanto, a questão do acolhimento acaba se tornando um problema para o país, visto que além de conceder asilo é de fundamental importância que o governo brasileiro estabeleça medidas de apoio ao processo de integração dos refugiados na sociedade.

Na chegada ao Brasil, os refugiados devem buscar a regularização da situação migratória, e o ponto de partida para isso é a solicitação de refúgio que precisa ser apresentada às autoridades no Estado de acolhida. Neste primeiro passo, os refugiados devem receber a assistência do CONAR, que recebe e analisa as solicitações de refúgio, providenciando, enquanto isso, a carteira de trabalho e o CPF provisórios para que essas pessoas, emergencialmente, possam ao menos procurar um emprego. Além disso, o CONARE também é o responsável pela proteção dos refugiados, devendo repassar recursos de assistência para as ONG’s que os assistem enquanto eles não se estabilizam no país de acolhida.

Embora exista uma assistência inicial, podemos indagar: Este atendimento de fato funciona? Qual a expectativa dos refugiados ao escolher o Brasil para viver? Qual a

⁸ Disponível em: http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=133:das-diferencas-entre-os-institutos-juridicos-do-asilo-e-do-refugio&catid=87&Itemid=1203. Acesso em 05/06/2015.

⁹ Disponível em WWW.jusbrasil.com.br. Acesso em 22/10/2015.

¹⁰ Nenhum Estado civilizado pode negar asilo quando requerido com base em razões fundadas. E a própria fundamentação é relativa. Num Estado, que caia num regime ditatorial, é fundado que peça asilo todo aquele que, em princípio, possa ser vítima de perseguição. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo-o-direito-de-asilo,31132.html>>. Acesso em 23/11/2015

realidade que eles encontram no país? Como eles sobrevivem até fazer valer os seus direitos no país de acolhida?

De acordo com Antonio Guterres do ACNUR, “O Brasil é um país de asilo e exemplo de comportamento generoso e solidário” (Pronunciamento feito durante sua visita ao Brasil em novembro de 2005). Foi o primeiro país do MERCOSUL a ratificar uma lei nacional sobre o tema, a lei 9474/97, que criou o CONARE e que reconhece parcialmente a definição da condição de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984¹¹ sobre a “violação generalizada de direitos humanos”, que determina que a legislação brasileira deva garantir aos solicitantes de refúgio toda a documentação necessária para que possam trabalhar e se manter no país durante o processo de concessão de refúgio. Assim, a função do CONARE é de extrema validade para os refugiados no país e deve funcionar como o apoio emergencial de acolhida a estes grupos. Mas não é exatamente assim que as coisas costumam funcionar, conforme veremos em alguns pequenos exemplos.

Para ser concedida a solicitação de refúgio, esta deve enquadrar-se nos requisitos definidos em lei e convenções internacionais, buscando analisar se o solicitante de fato pode/deve ser considerado refugiado, o que leva tempo para ser apurado. Enquanto isso, os deslocados permanecem no país com visto de turista, que tem validade de três meses, devendo ser renovado. Assim, os refugiados precisam procurar as instituições que os auxiliem neste processo, o que se torna importante para esse primeiro processo de integração, acolhendo os que não têm moradia, oferecendo-lhes assistência médica, jurídica e buscando parcerias com empresas na cidade ou mesmo em outros estados para que esses sujeitos possam ser empregados. Esta é a função da Cáritas Brasileira, instituição que serviu de apoio para esta pesquisa e sobre a qual falarei mais à frente.

Conforme visto, o trajeto dos refugiados na solicitação de refúgio no Brasil se inicia na Polícia Federal e a concessão pode levar meses por causa da quantidade de pedidos. Depois da solicitação, o refugiado deve receber uma carteira de trabalho provisória, e, então, começar a trabalhar para se manter. Entretanto, a busca por um trabalho se torna complicada em vista das dificuldades de locomoção e do não domínio da língua portuguesa. São inúmeros os desafios enfrentados por esses sujeitos, que vão desde os obstáculos com a comunicação, passando pelo preconceito ou discriminação lingüístico, até o acesso às políticas sociais, que não prevêem ações que possibilitem a estes grupos

¹¹ A Declaração de Cartagena se traduz num instrumento internacional de expressiva referência no âmbito da conceituação de “refugiado”. Como resultado de um acordo entre os países da América Central, inspirou atitudes e posturas dos países da região, em favor do reconhecimento da condição de refugiado, disponíveis em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugueses/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1. Acesso em 29/05/2015.

serem incluídos em suas demandas locais. Tais aspectos fazem com que essas pessoas tenham que se submeter à caridade e boa vontade de alguns voluntários, para que possam ao menos ter acesso à moradia e assistências básicas. Durante o processo de integração destas pessoas, é importante que a sociedade leve em consideração que as dificuldades dos refugiados são diferentes das dificuldades de outros tipos de estrangeiros, já que não é por espontânea vontade que deixam seus países e precisam se habituar a costumes tão diferentes dos seus. Além disso, é preciso também romper a resistência por parte dos brasileiros em acolher refugiados em vista da disputa por espaço nos postos de trabalho e nas limitadas políticas públicas, o que dificulta ainda mais a integração destes grupos no país.

Atualmente, uma das nacionalidades que mais buscam refúgio no Brasil é a Síria¹², contando com um total de 1.250 refugiados desta nacionalidade que se deslocam para as regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

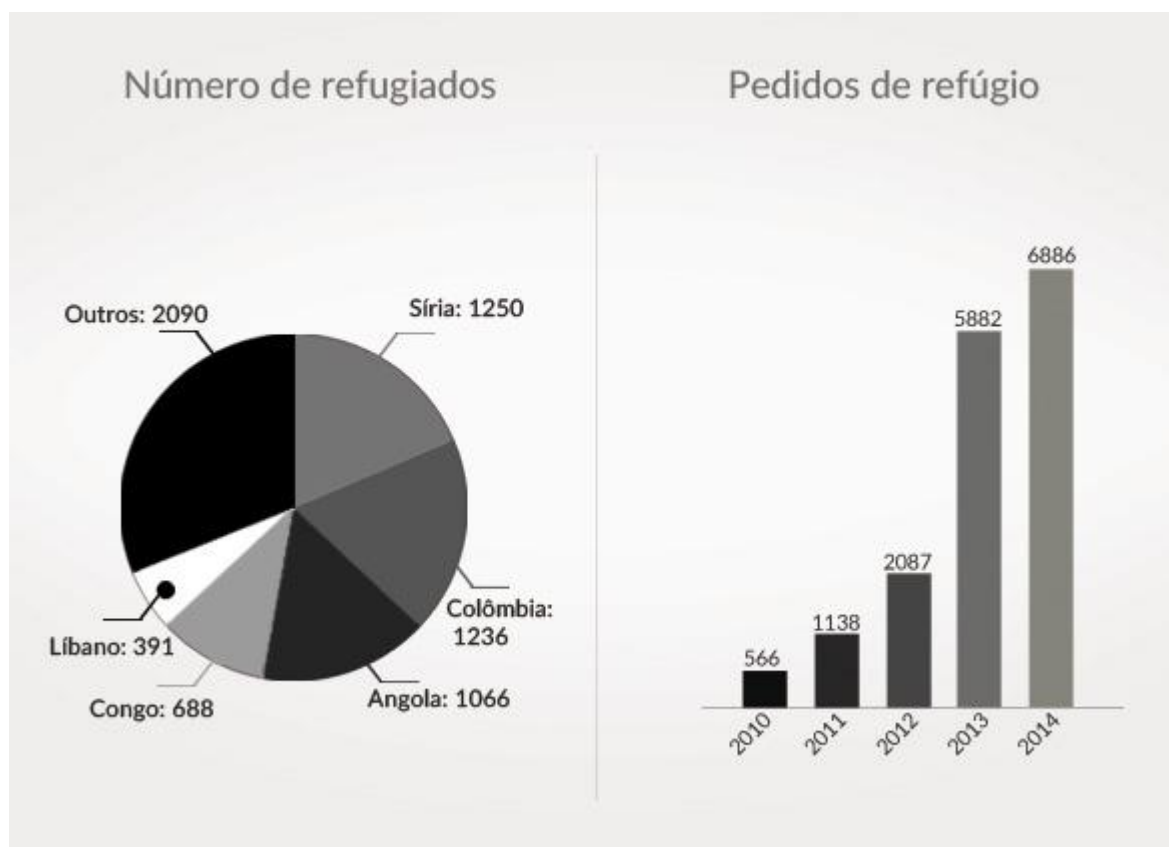


Gráfico 2: Reportagem da CBN em 18/10/2014.

¹² Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/tag/solicitacao-de-refugio/> Acesso em 29/05/2015.

1.2 Contextualizando a situação dos sírios: breve histórico da Guerra na Síria

As informações a respeito dos conflitos em países do Oriente Médio estão acessíveis em toda a mídia, e já não se tem dificuldades para se conhecer os motivos e atores desta guerra, através de reportagens feitas diariamente. São diversas as reportagens encontradas em sites de jornal na internet,¹³ que mostram detalhes dos conflitos que acometem principalmente a Síria, objeto deste estudo.

A Síria, chamada oficialmente de República Árabe da Síria, é um país do Oriente Médio banhado pelo Mar Mediterrâneo e que tem fronteiras com a Turquia, Iraque, Jordânia, Israel e Líbano. Com mais de 22 milhões de habitantes e 90% da população muçumana, a Síria é governada há quase 50 anos pelo mesmo partido, o Baath, e liderado atualmente por Bashar Al – Assad desde julho de 2000. Enfrentando sérias restrições econômicas, índices de desemprego na casa dos 25% e a degradação constante dos direitos humanos, o país se tornou palco de um conflito que se iniciou após uma sucessão de protestos da população a partir do mês de janeiro de 2011, e que ficou mais agressivo com o passar do tempo, progredindo para rebeliões armadas influenciadas por diversas revoltas e que já produziu um total de 130.000 mortes nos últimos três anos, totalizando 78.000 só em 2013¹⁴.

O levante contra o regime Bashar Al – Assad teve início em 15 de março de 2011, durante a insurreição da Primavera Árabe, período em que as populações de países árabes, como Tunísia, Líbia e Egito se revoltaram contra os governos de seus países, incentivando outros países a fazer o mesmo. O levante começou pacífico nos primeiros quatro meses, mas, a partir de agosto, manifestantes fortemente reprimidos passaram a recorrer à luta armada. Os grupos de oposição se manifestam com o objetivo de derrubar Bashar Al – Assad para iniciar um processo de renovação política e criar uma nova configuração em favor da democracia da Síria. Para combater as ações dos manifestantes, o Exército Sírio Oficial age com violência, desencadeando uma guerra¹⁵. Em 2012, a Cruz Vermelha e a ONU classificaram os conflitos como guerra civil, abrindo caminho para a cobrança da aplicação do Direito Humanitário Internacional e para a investigação de crimes de guerra¹⁶

¹³ Diversas reportagens sobre o conflito na Síria podem ser encontradas no Jornal Online “El País”: http://brasil.elpais.com/tag/guerra_civil_siria/a

¹⁴ Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/7-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-o-estado-islamico/> Acesso em 25/11/2015.

¹⁵ Enquanto a oposição alega estar lutando para destruir o Presidente Bashar al – Assad do poder, para, posteriormente, instalar uma nova liderança mais democrática no País, o Governo Sírio diz estar apenas combatendo terroristas armados que visam desestabilizar o país.

¹⁶ Disponível em: <http://www.vgnoticias.com.br/noticias/12663/entenda-os-conflitos-na-siria/> Acesso em: 25/11/2015.

As missões diplomáticas para resolver o conflito têm fracassado¹⁷. Contudo, nos últimos três anos o cenário é de um país desolado e destruído por conta de tiroteios e bombardeios da guerra civil que, de acordo com a ONU, já fez mais de dois milhões de vítimas, entre elas muitos cristãos, que contam com cerca de 10% da população síria e que são os que sofrem mais diretamente os efeitos da guerra, pois, em muitos casos, são vistos pelos radicais como representantes da causa ocidental ou americana na nação¹⁸. Em outros casos apenas pelo fato de serem cristãos, quando não perdem a vida ou parentes, perdem suas propriedades e empregos. A guerra civil na Síria evoluiu, assim, para uma luta que é também religiosa e que se espalhou por muitas regiões. Por conta dessa situação sem previsão de um fim, milhões de pessoas já deixaram o país em busca de refúgio em outras nações.

¹⁷ Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/guerra-civil-da-siria/>. Acesso em 25/11/2015.

¹⁸ Informações sobre os cristãos perseguidos pelo Estado Islâmico em: <http://portalconservador.com/quem-sao-os-assirios-conheca-os-cristaos-perseguidos-pelo-estado-islamico/> . Acesso em 25/11/2015.

1.3 As questões religiosas

A civilização muçumana, como ela própria se interpretava, era definida pela religião, conforme ilustra o excerto a seguir:

Desde a fundação do Império islâmico em meados do século VII, o islamismo tem sido a religião dominante no Oriente Médio. No início foi a religião de uma pequena minoria de conquistadores, colonizadores e governantes, enquanto a grande massa da população das antigas terras persas e bizantinas permanecia fiel às velhas religiões. Com a passagem do tempo – exatamente como e quando não sabemos ainda com clareza – os muçumanos tornaram-se maioria e, em proporção cada vez maior, até os dias de hoje. Em uma única região não muçumanos foram proibidos de residir. De acordo com relatos tradicionais, o califa Omar decretou que, na Terra Santa – que para os muçumanos significava a Arábia, a terra natal do Profeta – só uma religião, o islamismo, seria permitida, e que cristãos e judeus teriam, por isso, que deixá-la. (LEWIS, 1995, p.199).

Além disso, as próprias definições de “árabe” possuem pelo menos um requisito religioso:

“Todo aquele que vive no nosso país, fala a nossa língua, é educado na nossa cultura e tem orgulho da nossa glória é um dos nossos”. (LEWIS, 1995 p. 14).

“São árabes todos aqueles para quem a missão de Maomé e a memória do Império. Árabe constituem o cerne da história e que preservem a língua árabe e a sua herança cultural como patrimônio comum”. (LEWIS, 1995, p. 14)

Dessa forma, a questão religiosa acaba sendo mais um critério diferenciador, se tornando, também, um dos motivos desencadeadores de refugiados sírios pelo mundo. Assim como acontece no Iraque, os sírios vêm sofrendo ameaças por todos os lados durante a guerra civil, e isso acontece na maioria das vezes também por motivos religiosos.

Na maior parte dos territórios árabes predomina a religião monoteísta, Islã. O islã é sustentado por uma visão religiosa e política, seguida por muitos através do Corão. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos, a palavra islã significa “submissão”. Da perspectiva de que Alá é o único Deus e de que tudo deve ser feito para que o islamismo se constitua como a única verdade em todo o mundo, acabaram surgindo os radicais islâmicos, que se diferenciam dos islâmicos em geral. Os radicais são uma pequena parte de fundamentalistas que pretendem impor o islamismo baseando-se em pequenas passagens do corão. Com o intuito de exterminar cristãos, estes grupos radicais iniciam nos países árabes uma revolta armada que acomete toda a população.

A Síria, é um dos países do Oriente Médio, que mais tem sofrido a ação dos confrontos políticos e religiosos, nos últimos tempos. Independente da religião ou da opinião política a guerra se reflete na vida de todos que vivem nesse país, então, com

medo, muitos sírios abandonam o país em busca de proteção, se refugiando em cidades vizinhas e muitas vezes em outros países, contando com a ajuda das comunidades de acolhimento. Segundo informações do ACNUR (2015),¹⁹ o número de refugiados que fugiram do conflito da Síria para os países vizinhos é agora superior a 4 milhões.

1.4 A importância do uso da língua árabe nas práticas religiosas por refugiados sírios

Ao chegar ao Brasil, mesmo em meio a inúmeras dificuldades, os árabes sempre procuram imediatamente o contato com a mesquita da cidade, seja para obter ajuda diante das situações difíceis que encontram no processo de adaptação à nova realidade, mas, principalmente, por motivos religiosos. Neste lugar, além de reservar momentos para as orações diárias, eles aproveitam também para se socializar. Segundo o islã, *“as mesquitas foram as primeiras instituições de ensino para os muçulmanos; a Mesquita é o lugar onde se aprende sabedoria e virtudes.”*²⁰ Dessa forma, para manter presente a cultura, em relação às questões religiosas, é fundamental para os refugiados árabes, o contato frequente com a mesquita.

Como já mencionado anteriormente, o islã fundamenta e guia seus passos baseando-se no Corão. Segundo um artigo sobre linguagem e imagem na língua árabe, de Aída Rámeza Hanania (2013), a língua, na qual o Corão foi escrito, adquiriu naturalmente um caráter sacralizado, miraculoso, sendo para o islamismo, a língua de legítima manifestação da palavra de Deus. Dessa forma, para os muçulmanos, é imprescindível que as orações sejam realizadas nessa língua.

No entanto, devido ao Alcorão a língua árabe não foi arquivada, pois os religiosos não aceitavam que as orações religiosas do Alcorão fossem recitadas em outras línguas, uma vez que no versículo sagrado (taha 113) diz: “de sorte que revelamos o alcorão em língua árabe, na qual reiteraremos as comunicações a fim de que nos tenham e lhe seja renovada a lembrança. (Zaidan, 2010, p.112)

Os refugiados sírios quando chegam ao Brasil, se deparam, além das dificuldades emergenciais de moradia e trabalho, com uma cultura muito diferente da sua. Expostos diariamente a um ambiente e a uma língua totalmente desconhecidos, os requerentes de

¹⁹ Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-cao-de-querras-e-conflitos/>) Acesso em 29/05/2015.

²⁰ Desde o alvorecer do Islam, a Mesquita é uma escola, sendo assim ela representa desta forma, o primeiro instituto de ensino no Islam, nas Mesquitas os muçulmanos, desde os tempos mais remotos aprendem princípios e práticas de sua religião. Disponível em: http://www.islam.org.br/o_que_e_uma_mesquita.htm. Acesso em 30/06/2016.

asilo precisam buscar meios de se adaptar ao novo espaço, minimizando o impacto com o passar do tempo, através do aprendizado da língua portuguesa, por exemplo. Entretanto, no Brasil, a língua árabe, continua sendo preservada por refugiados do Oriente Médio, principalmente em contextos religiosos, de certa forma, em respeito ao pensamento alcorânico e à fé islâmica.

Durante as visitas que fiz na mesquita, percebi que é no contexto religioso e utilizando a língua materna que os grupos de refugiados sírios se sentem mais à vontade e mais fortalecidos em meio as dificuldades de adaptação ao novo país. Assim, é visto que para minimizar o choque cultural dos refugiados no país de acolhida, o uso da língua árabe, principalmente em práticas religiosas, é muito significativo, mostrando a eles que é possível manter a sua identidade mesmo em um país culturalmente desconhecido, encorajando-os a enfrentar os desafios do futuro.

2 Das análises

Neste capítulo serão explorados meus estudos realizados em campo, tais como: participações em reuniões com a Cáritas; visitas à Mesquita de Florianópolis, participação em palestras; visita ao NEPPE (Núcleo de Ensino de Português para Estrangeiros) em Brasília e conversas com refugiados sírios via redes sociais.

2.1 Refugiados sírios no Brasil e a frágil política de asilo

O mundo vive por esta altura a pior crise em matéria de refugiados e deslocados desde a Segunda Guerra Mundial, segundo o ACNUR. O conflito na Síria tem causado um número impressionante de deslocados, com possivelmente dez milhões de sírios a terem abandonado as suas casas e dois milhões a viverem em campos de refugiados nos países vizinhos, principalmente na Turquia, no Líbano e na Jordânia em condições deficientes. Há muitos ainda, que procuram proteção em outros continentes, como a Europa, por exemplo, que com as crises humanitárias a se multiplicar e o tráfico de pessoas no Mediterrâneo tornando-se uma indústria multimilionária, acaba agravando os problemas causados pela ausência de uma política de asilo comum eficaz.

Os refugiados que fogem do conflito na Síria encontram problemas para requerer legalmente asilo em países europeus. Isso porque muitos países europeus apenas aceitam pedidos de asilo de pessoas que já se encontrem no seu território, o que leva muitos sírios a tentar chegar à Europa por todos os meios, e muitas vezes arriscando a própria vida. Já o Brasil, mesmo em meio a muitas dificuldades de reassentamento,

recebe mais refugiados, inclusive sírios, do que muitos países europeus. O país, por meio da aprovação da Resolução Normativa nº 17 do CONARE, facilita o deslocamento ao Brasil daqueles indivíduos que aqui tenham intenção de solicitar refúgio em decorrência do conflito sírio, por meio da emissão de um visto de turista válido por 90 dias.

Conforme já visto, dentre as nacionalidades que mais buscam asilo no Brasil, estão os sírios. O ACNUR revela ainda que há 1546 solicitações de refúgio de árabes sendo analisadas pelo CONARE, órgão ligado ao Ministério da Justiça, que é responsável pela decisão de conceder refúgio aos estrangeiros no Brasil. Em termos estatísticos, já são mais de quatro milhões de sírios deslocados e um dos principais motivos pelo qual eles escolhem o Brasil como destino, além da facilidade de permanência devido ao visto de turista, são também as raízes familiares. Conforme a crise de refugiados foi aumentando em todo o mundo, o país começou a ser considerado um destino possível, uma terra de oportunidades, aberto e em franco crescimento, que poderia abrigar refugiados. Em setembro de 2013, o Brasil foi o primeiro país das Américas a oferecer asilo humanitário especial aos sírios, que fogem da guerra civil. Ao chegar no território brasileiro, os refugiados garantem a sua segurança, porém enfrentam uma série de dificuldades para conseguir condições de vida adequada, que começam com a enorme burocracia em relação aos direitos básicos de um cidadão, como saúde, educação, moradia, etc. Devido a essa fragilidade de assistência do Estado, muitos refugiados dependem de caridade para conseguir o mínimo, além de sofrer também com o preconceito do termo “refugiado”, gerado pela desinformação da sociedade. Segundo o presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, “é necessário esclarecer o que é refúgio para facilitar a inserção dessas pessoas na sociedade” (...) “muitas vezes as pessoas nem sabem o que é refúgio, acham que é um criminoso, fugitivo internacional.”²¹

Um das maiores dificuldades dos deslocados que pôde ser observada ao longo desta pesquisa é conseguir a documentação necessária para encontrar um emprego, especialmente pelo pouco domínio da língua portuguesa, o que dificulta ainda mais a integração destes grupos com a sociedade. Em minhas pesquisas, estabeleci contato com grupos de refugiados de vários estados, via rede social. Para garantir o sigilo da minha fala, fornecerei algumas informações de quem são, sem, portanto, expor o nome deles. Em conversa com um refugiado sírio de Damasco, através de uma rede social, foi possível compreender a barreira linguística enfrentada por eles, como revela o relato abaixo:

²¹ Pronunciamento feito em 24/02/2011 em uma reportagem da Agência Brasil. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-24/refugiados-tem-dificuldades-de-inclusao-na-sociedade-diz-ministerio-do-trabalho> Acesso em 30/06/2016.

“Não sabia nada da língua. Usava o Google tradutor, tinha aulas também... usei um livro de português e inglês sobre gramática. Os estrangeiros esperam para declaração de direitos de refugiar... e não pode entrar na educação superior. Os professores não aceitam o projeto de pesquisa de estrangeiros... eu fiz 5 projetos para diferentes professores. Não existe trabalho para estrangeiro... os estrangeiros que conseguiram trabalho porque tem parentes aqui”(conversa informal realizada em 30/06/2015).

Em outra conversa, também através de uma rede social, o sírio A disse que não consegue ter sua formação reconhecida no país.

“Eu estava trabalhando numa empresa no centro de Damasco, na minha área; Engenharia Biomédica estava à gerente técnico da empresa. Depois da minha graduação (Diploma em Engenharia Biomédica) comecei a trabalhar lá nessa empresa. E também comecei o meu mestrado em Engenharia Biomédica, eu estava trabalhando e estudando até conseguir o mestrado. A verdade estava aguardando a terminar o mestrado para sair da Síria porque a situação entre a Síria estava horrível e piorando dia após dia. Sabendo que eu tinha que servir no militar quando acabei o meu estudo no mestrado, então não tinha outro jeito, ou ficar na Síria com medo e continuar no militar e participar na guerra ou sair do meu país e começar do zero, fiquei no Líbano 3 meses até conseguir uma consciência para viajar ao Brasil (como turista, e depois disso o protocolo da RNE e todos os meus documentos, mas ainda “tou” tentando revalidar a minha diploma e meu mestrado ou continuar para conseguir doutorado). Cheguei aqui no Brasil em dezembro de 2013, e comecei aprender a língua portuguesa, e tenho na terça-feira que vem a prova do CELPE-BRA.”²²

Ambas conversas informais, demonstram o domínio destes refugiados sírios da língua portuguesa na modalidade escrita e também a preocupação e esforço para aprender e aperfeiçoar o idioma em prol de seus objetivos profissionais. Nota-se que a língua portuguesa se torna uma barreira para que estas pessoas continuem a sua formação. Assim, aprender a língua oficial do país o mais rápido possível se torna, para eles, sinônimo de melhores possibilidades, condições e oportunidades. Entretanto, para alguns que ainda não conseguiram se estabilizar financeiramente, o processo de aprendizado acaba sendo mais lento e difícil, o que acaba adiando as expectativas de reconquistar o que tinham no país de origem.

Conforme Amado (2011), mais especificamente sobre as iniciativas governamentais de ensino de português, não há políticas públicas de ensino do português para refugiados. Ou seja, o acesso ao ensino da Língua Portuguesa no Brasil precisa ser financiado pelo próprio estrangeiro, salvo algumas exceções de cursos ministrados por organizações governamentais ou por iniciativas municipais, como a ADUS em São Paulo, o NEPPE em Brasília, e outras, mostrando como o poder público é ausente. Além disso, verificam-se iniciativas localizadas de universidades públicas que oferecem cursos de

²² Celpe-Bras é o certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros que possuam desempenho satisfatório em teste padronizado de português, desenvolvido pelo Ministério da Educação. Mais informações em: <http://portal.inep.gov.br/celpebras>.

português como língua estrangeira, como é o caso do NEPPE na UnB, oferecido gratuitamente a refugiados e imigrantes.

“O formato é inovador porque vamos trabalhar questões específicas à inserção deles no mercado de trabalho, como noções de direitos básicos, documentação, preenchimento de formulários e simulação de entrevistas de emprego”. (Pronunciamento de Lúcia Maria Barbosa, diretora do NEPPE em 20/12/2013)²³

Além disso, poucos são os artigos que abordam esse assunto. A revista SIPLE (Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira), por exemplo, apresenta apenas dois artigos que falam especificamente sobre o ensino de língua portuguesa para refugiados: “O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados” e “Português como segunda língua para comunidades de trabalhadores transplantados”, ambos os artigos da professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, Rosane de Sá Amado, utilizados em alguns momentos nessa pesquisa. Além destes dois artigos, há pouco material sobre ensino de português para refugiados encontrado disponível na internet. Isso mostra o quanto esse assunto é pouco abordado, tornando-o assim, pouco refletido também.

Ao se pensar no ensino de língua portuguesa para refugiados como língua de acolhimento, é importante pensar sobre qual o significado do acolhimento nesse contexto. O aprendizado de uma nova língua num país totalmente desconhecido e culturalmente tão diferente para pessoas que sofreram perseguições e perderam a dignidade em seus países, é um processo muito difícil. Tudo o que os refugiados precisam num momento tão “desesperador” na chegada a um novo país, é o acolhimento.

Acolher, segundo o dicionário online de português, significa receber alguém, hospedar, agasalhar, aceitar, conceder refúgio. Estes são significados que podem explicar de forma bem resumida o que os requerentes de asilo esperam ao chegar ao Brasil. O primeiro acolhimento é a moradia. Depois, como já mencionado, eles precisam buscar emprego para se manter no país. É nesse momento que se sente a necessidade de aprender a língua do país de acolhida. E é neste momento também, que se deve pensar sobre o ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento, levando em consideração o contexto no qual os refugiados estão inseridos.

A promoção de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento, deve ser realizada justamente sobre a ótica de conceder abrigo. Deve ter como propósito o processo de integração dos refugiados junto a sociedade, incluindo no ensino aspectos da vida diária e das dificuldades emergenciais que eles encontram no dia a dia. É importante

²³ Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8286> . Acesso em 01/07/2016.

também que o entendimento de língua de acolhimento envolva o respeito pela cultura e costumes dos aprendentes para que eles não se sintam excluídos de sua própria identidade.

“[...] se a língua alvo é variada e mesclada, multifacetada também é a cultura dos povos [...]. O ensino do português, como de qualquer outra língua segunda ou estrangeira, deverá considerar as culturas do povo que o tem como língua materna. Assim também como necessitará promover e divulgar, junto aos brasileiros, as culturas desses povos [...]”. (AMADO, 2010)

Dessa forma, o ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento, deve desenvolver a interculturalidade entre os povos, estabelecendo um diálogo mais humanizado com refugiados. Todavia, existem dificuldades para se promover esse ensino de maneira realmente acolhedora, devido, como já mencionado, a falta de políticas públicas que tratem desse assunto.

Assim, é visto que no contexto do refúgio o Brasil precisa avançar mais na política de receber e reassentar refugiados, principalmente em relação à língua, pois neste caso, mais do que a questão da comunicação em um novo país, o aprendizado da língua representa para os refugiados a chance de um novo recomeço de vida, mas que acaba, todavia, se tornando um dos maiores obstáculos enfrentados por eles. Dessa forma, seria interessante pensar em uma forma de políticas linguísticas de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento para refugiados árabes, considerando as especificidades de preservação da língua materna destes grupos como signos de sua identidade, dentro de um diálogo intercultural, ou seja, como forma de proporcionar um ensino aprendizagem sob o ponto de vista da diversidade linguística e cultural que considere as especificidades culturais, religiosas, políticas e históricas desses sujeitos.

2.2 Refugiados sírios e a questão da (s) língua (s) em Florianópolis

A título de estatística, o CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados, vinculado ao Ministério da justiça – informa que em 2013 foram reconhecidos 256 pedidos de refúgio pelos sírios, sendo que 14 pedidos foram oriundos da cidade de Florianópolis. Entretanto, esse número não se aplica à quantidade de sírios que se vê diariamente na cidade. A partir de uma aproximação mais externa com o tema do refúgio, foi possível estabelecer pequenas redes de conexão e encontrar um grupo de um pouco mais de cinquenta sírios. Essa identificação se deu através da minha participação em uma Conferência sobre Migração e Refúgio em Florianópolis – (COMIGRAR) realizada em 22

de março 214. A participação nessa Conferência foi fundamental para o início desta pesquisa, em busca de compreender a realidade que estas pessoas enfrentam quando chegam ao Brasil e as dificuldades que encontram para se estabelecer na cidade de Florianópolis.

Esta Conferência teve como principal objetivo indicar propostas, com a perspectiva de traçar um diálogo social ampliado para subsidiar a Política e os Planos Nacionais sobre migração e refúgio, pautados pelos direitos humanos. Foram eleitas algumas prioridades em relação aos refugiados:

- A reformulação paradigmática do Estatuto Estrangeiro;
- A criação de visto para refugiados;
- Capacitação lingüística e profissional dos funcionários públicos, em especial da PF e atuantes em portos de entrada;
- Inclusão da temática de Xenofobia no ensino fundamental e médio, em todas as escolas;
- Descentralização da análise dos pedidos de refúgio e outros serviços para instâncias menores;
- Obrigatoriedade da inclusão de provas de inglês e espanhol nos concursos da administração pública;
- Inclusão nas licitações de empresas prestadoras de serviço e de atendimento de pessoal, que o profissional possua proficiência em pelo menos três línguas.

É possível perceber a preocupação que existe com relação à língua, como meio de se estabelecer uma melhor comunicação com os estrangeiros e melhor atendê-los, já que esses falantes sírios, além do árabe, falam apenas o inglês. Essa urgência pela aprendizagem da língua portuguesa ocorre porque o primeiro passo para se integrar a uma sociedade é a comunicação. Entretanto, para estes estrangeiros, a língua representa mais do que apenas a resolução de problemas emergenciais. A língua representa para essas pessoas, uma porta de entrada para um novo mundo, um mundo no qual poderão reconstruir suas vidas e reconquistar tudo o que perderam no país onde viviam. E as soluções para as dificuldades com a língua vão além do primeiro atendimento prestado aos grupos de refugiados que chegam à cidade.

Através do COMIGRAR, foi possível estabelecer contato com uma estudante de Serviço Social da UFSC que trabalha com assistência à refugiados na Cáritas. Essa estudante abriu as primeiras perspectivas reais de aproximação com os refugiados via essa instituição formada em Florianópolis, assim como outras iniciativas dispersas e geralmente não-governamental, operando para criar um espaço de acolhimento e de apoio a esses grupos sociais. É o exemplo do “Grupo de Apoio aos imigrantes e Refugiados”, integrado por instituições vinculadas a diferentes esferas sociais: Ação Social Arquidiocesana, Pastoral do Migrante, Clínica Intercultural (UFSC), Observatório, Cáritas Regional SC, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Saju),

Movimentos Foculares, Departamento de Geociências (UFSC), Observatório das Migrações (Udesc), Coletivo Memória, Verdade e Justiça e o Centro de Referência em Direitos Humanos Estamira Gomes de Sousa (CRDH/Florianópolis). A Cáritas Regional de Santa Catarina foi a instituição que estabeleceu contato mais íntimo com esta pesquisa, e através de reuniões mensais na Arquidiocese foi possível obter informações sobre a assistência desenvolvida pela instituição, direcionada aos migrantes e refugiados.

A Cáritas Regional de Santa Catarina com a qual estabeleci contato mais próximo para esta pesquisa. A partir da minha participação em reuniões mensais na Arquidiocese, nos meses de julho e agosto de 2014, por exemplo, foi possível obter informações sobre a assistência desenvolvida pela instituição, direcionada aos imigrantes e refugiados. A Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina, é uma ONG que, atualmente (2016), assiste cerca de 50 refugiados sírios. Conforme já dito, ao desembarcar no Brasil, os refugiados precisam buscar a legalização no Ministério da Justiça, mas antes procuram ajuda e orientação em algum órgão de apoio aos estrangeiros, e o primeiro lugar que encontram ao chegar à cidade de Florianópolis é a Cáritas, que ligada à Igreja Católica, funciona como interface entre o refugiado, os órgãos nacionais responsáveis pelo processo jurídico que se instalará e a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). A Cáritas age também como uma casa de acolhida que surgiu da necessidade de alocar temporariamente aqueles refugiados que chegam à Florianópolis e não têm condições de conseguir um local para morar, até que encontrem uma moradia definitiva. Este órgão, segundo seus voluntários, possui o objetivo de auxiliar os refugiados, ao menos, na busca por seus direitos básicos, como a saúde e a documentação para trabalhar e dar início ao processo de integração destes grupos na sociedade.

Em conversa com alguns voluntários da Cáritas e a participação na reunião da Comissão de apoio aos Imigrantes e Refugiados, em Florianópolis, foi possível perceber a real dimensão das dificuldades que estas pessoas encontram desde a saída do país de origem, que começam com exigências como a compra da passagem de retorno, o que obviamente não se aplica aos refugiados. Estas reuniões possibilitaram a aproximação com o Centro Islâmico de Florianópolis, onde, através de visitas, pude conversar refugiados da Síria, e compreender melhor suas dificuldades, seus planos e objetivos em Florianópolis.

A partir dessas conversas informais com alguns sírios, foi possível depreender que estas pessoas chegam à cidade, antes de tudo, com um único objetivo – sobreviver. Os mais jovens fogem para não ter que servir aos exércitos e chegam aqui com a expectativa também de poder trabalhar e estudar, mas mesmo os mais escolarizados ou formados em

alguma área, não podem exercer a profissão, já que além do preconceito, a língua ainda é uma barreira, que começa como já foi visto, no primeiro atendimento prestado a estes grupos quando chegam à cidade. Numa conversa com o sheik, no Centro Islâmico de Florianópolis, no dia 23 de setembro de 2014 foi possível entender como a assistência aos refugiados deveria acontecer e como ela realmente acontece. No Brasil há oito anos, em Florianópolis há 4, ele conta como é difícil o acolhimento aos refugiados sírios na cidade. Ao ser questionado sobre a assistência prestada pela Cáritas, ele se mostra incomodado e responde que a ajuda prestada se limita apenas à alimentação.

“Eles se reúnem todo mês para buscar soluções para os refugiados, mas nada acontece. A ajuda que eles oferecem é mínima. De nada adianta uma cesta básica com arroz e feijão, se eles não têm aonde cozinhar. Eles precisam de mais. Precisam que a sociedade e as autoridades se movam para buscar soluções mais duradouras, como um novo sistema educacional que atenda os refugiados”.

Segundo sheik, a situação em Florianópolis é ainda pior do que nos outros Estados. Em São Paulo, por exemplo, existem ONG's que ministram aulas gratuitas de português aos refugiados, como a ADUS – Instituto de Reintegração do Refugiado, que além de promover o ensino de língua portuguesa aos refugiados, atua no processo de inserção social, econômica e cultural destes grupos²⁴. Na cidade de Florianópolis, se eles quiserem aprender, precisam pagar.

“Estas pessoas estão fugindo de uma guerra. Eles não conseguem um emprego porque não conhecem a língua, e se não conhecem a língua, como vão conseguir um emprego?! Essa é a maior dificuldade. Além disso, não é fácil conseguir emprego porque o visto concedido a eles é de turista”.

No Brasil há apenas quatro meses, N. A, 52, que fala apenas inglês e a sua língua materna, diz que escolheu o Brasil pelas raízes familiares e porque tem muitos amigos que vieram para cá. Ele nos contou sobre as grandes dificuldades que está encontrando para aprender português, seu primeiro grande desafio, depois de encontrar moradia, além de expor sua opinião sobre a questão do refúgio e como esse tema é tratado no Brasil.

“A maior dificuldade para os refugiados é a língua, com certeza. Para conseguir me comunicar, preciso ligar para alguém traduzir, e às vezes é possível entender alguma coisa através de gestos.” Para conseguir estabilizar no país é preciso conhecer muito bem a língua, se não, você não consegue nada. Vai viver a vida toda dependendo de caridade.

“O Brasil não está preparado para atender aos refugiados, e isso acontece pela falta de conhecimento que ainda existe em relação ao assunto.”

²⁴ Atua em parceria com solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas em situação análoga ao refúgio para sua reintegração à sociedade buscando sua valorização e inserção social, econômica e cultural. Mais informações em: www.adus.org.br.

“Muitos brasileiros olham para os refugiados com preconceito, muitos não sabem que fugimos do sofrimento e até mesmo da morte e nos tratam como se fôssemos criminosos fugitivos.”

Os refugiados sírios entendem que aprender a nova língua é uma necessidade urgente no processo de integração e reconstrução de suas vidas. Além disso, percebe-se em sua fala uma intolerância linguística dos brasileiros em relação às outras línguas. Aventamos que tal intolerância é fruto do processo histórico que instaurou a língua portuguesa como nacional, apagando a diversidade linguística.

Este mesmo entendimento por parte de alguns pesquisadores, além da demanda do ensino de Língua Portuguesa (LP) como Língua Estrangeira (LE), decorrente também, dos fluxos migratórios, tem gerado uma mobilização. Exemplos disso são os cursos de graduação em Português como Língua Estrangeira (LPE) na UNB, UFBA, Cefet – MG e UNICAMP, além de programas de pós-graduação que têm se voltado para reflexões teóricas e metodológicas sobre a PLE. É importante também mencionar o papel da SIPLE (Sociedade Internacional do Português como Língua Estrangeira) na difusão do tema, e as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a CAPES, em promover a língua e cultura brasileiras através de programas de Leitorado. Entretanto, embora se reconheça os avanços nesta área por todo o Brasil, na cidade de Florianópolis as práticas em relação a este assunto ainda são muito precárias.

É visto que o pouco conhecimento da LP tem desfavorecido uma série de práticas comunicativas essenciais para a inclusão e o acolhimento de refugiados sírios em solo brasileiro, já que a língua é o meio de acesso que os levará à reconstrução das suas vidas na cidade, o que se torna uma grande dificuldade para os refugiados em Florianópolis que possuem pouco ou nenhum recurso financeiro, já que os cursos de PLE que encontram aqui são pagos ou de difícil acesso. Aliás, a dificuldade de acesso de alguns cursos sinalizam para políticas que, embora promovam uma retórica de acolhimento, na prática constroem obstáculos.

Os refugiados acabam sendo prejudicados em todos os setores de suas vidas em virtude da língua. Na esfera pública, por exemplo, poucas são as oportunidades trabalhistas para esses grupos. No meio acadêmico, a formação destas pessoas não é valorizada, e desta forma a língua portuguesa acaba operando como uma fronteira que separa pessoas e culturas, fato que sinaliza para a políticas linguística universitária que favorece algumas línguas, como o inglês, em detrimento de outras.

Entendendo esta situação como uma barreira no processo de integração dos refugiados na sociedade, algumas ONG's religiosas que acolhem os imigrantes e refugiados oferecem também o ensino de Língua Portuguesa, como por exemplo, a

Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. A Cáritas de São Paulo, em parceria com o Sesc, o Senac e o ACNUR, além dos diversos serviços prestados, tais como, CPF e carteira de trabalho, também encaminha os refugiados para aulas de português.²⁵ É visto que as ONG's religiosas são as mais empenhadas no acolhimento à refugiados, promovendo uma rede de solidariedade no processo de acolhimento e integração dessas pessoas com a sociedade.

“Religião e espiritualidade motivam pessoas, comunidades e organizações a ajudar as pessoas em necessidade e salvá-las do perigo [...] o trabalho humanitário e os valores e princípios estão na base das grandes religiões do mundo. (Pronunciamento feito por Antonio Guterres ao ACNUR, em 12/12/2012).

Acreditamos que para a integração plena dos refugiados com a sociedade acolhedora, é preciso mais do que apenas assistências básicas de sobrevivência, é preciso acolhê-los de forma a torná-los independentes e com seus direitos plenamente respeitados. É preciso estabelecer algumas medidas, tais como: reavaliar títulos educacionais, promover o acesso ao ensino formal, cursos profissionalizantes, aprendizagem do idioma, bolsas universitárias, políticas de emprego e diálogos culturais, tendo a língua, não como uma barreira, mas como um meio de integração. Pensando nisso, foi promovida uma primeira iniciativa acadêmica realizada na UFSC, um encontro e debate público sobre imigrantes e refugiados: “Novos imigrantes e refugiados em Santa Catarina: deslocamentos, encontros e desafios”, que aconteceu em 10 de setembro de 2014. Pode-se dizer que este evento foi o ponto de partida para se pensar sobre um projeto de ensino de Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento durante esta pesquisa. Pensou-se na elaboração de uma proposta de ensino de língua portuguesa que pudesse atender às comunidades de refugiados em Florianópolis e ajudá-los nas dificuldades com a língua

Diante do contexto de vida dos refugiados que chegam à Florianópolis e considerando o papel da língua no rompimento de barreiras e na promoção de diálogos interculturais, aquela iniciativa composta por professores, alunos e outros parceiros interessados no assunto, propôs criar um espaço comunicativo para que as práticas lingüísticas pudessem possibilitar a emergência da língua portuguesa, buscando práticas de socialização diversas entre as línguas e construindo a experiência de “estrangeiramento” da língua portuguesa. O objetivo central deste projeto seria o de promover práticas lingüísticas que se vinculam a contextos diversos, como as esferas oficiais (as práticas de cidadania e de identificação nacional), acadêmicas (validações de

²⁵ Mais informações em:

http://www.sescsp.org.br/online/artigo/7402_UMA+NOVA+CHANCE#//tagcloud=lista.

diploma, processos de seleção de alunos estrangeiros, cursos de proficiência em língua portuguesa), trabalhistas, culturais, religiosas, entre outras, valorizando também os contextos de multilinguismo e de translinguismo, em que as línguas maternas dos imigrantes e refugiados misturam-se com a língua portuguesa e onde se incorpora elementos de ambas as culturas no espaço social. Enfim, criar um espaço de reflexão e ensino da língua portuguesa como língua estrangeira que contribua para a socialização destes grupos e rompimento das barreiras lingüístico-discursivas enfrentadas por eles através de suas próprias experiências e dificuldades com a língua. Contudo, apesar da “boa vontade acadêmica”, algumas barreiras têm sido encontradas, como o diálogo da academia com o poder público e as ONG’s. Assim, na prática, o projeto não ocorreu com os refugiados sírios, visto que estas reuniões seriam realizadas num local de difícil acesso para eles.

2.3 A situação lingüística dos refugiados no cenário nacional e o ensino da Língua Portuguesa (LP) como Língua de Acolhimento (LA).

Antes de buscar promover a inclusão dos refugiados na sociedade por meio do ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento (LA), é necessário primeiramente compreender como pode ser definida a LA.

“A língua de acolhimento ultrapassa a noção de língua estrangeira ou de língua segunda. Para o público adulto, recém imerso numa realidade lingüístico cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a nova tarefa lingüístico comunicativas que devem ser realizadas na língua alvo. (GROSSO, 2010)

língua de acolhimento deve ter por finalidade a imersão do aprendente no contexto lingüístico da língua alvo, de modo que atenda suas principais emergências lingüísticas, além de inserí-lo culturalmente ao país sem destituí-lo de sua identidade cultural.

A sociedade brasileira do século XXI insere-se num contexto onde a diversidade cultural e lingüística se tornaram algo em constante desenvolvimento. Segundo artigo publicado na Siple,(AMADO, 2014), o ensino de português como língua estrangeira (PLE) tem apresentado um crescente movimento nas últimas décadas, com a criação de cursos de PLE em escolas de idiomas e de cursos de extensão à comunidade acadêmica nas universidades. O ensino da Língua Portuguesa, bem como o de qualquer outra língua, tem como função, estabelecer, de uma forma geral, uma maior integração entre os

indivíduos, facilitando também o processo de reintegração dos falantes de outras línguas na sociedade envolvente, considerando aspectos interculturais.

Nesse contexto, as línguas não devem ser vistas apenas como meio de comunicação, elas representam também a transmissão de experiências entre os povos. É o que estabelece a convivência com outros indivíduos, criando um vínculo entre o sujeito e o coletivo ao qual pertence, contribuindo na formação da sua identidade e valores culturais.

Na língua, não resta qualquer palavra, quaisquer formas neutras, que não pertençam a alguém: toda língua se mostra dispersa; crivada de intenções acentuadas. Para a consciência que vive na língua, esta não é um sistema abstrato de formas normativas, mas uma opinião diversificada e concreta sobre o mundo. Cada palavra exala a profissão, o gênero, a corrente, o partido, a obra específica, o homem específico, a geração, a idade, o dia e a hora. Cada palavra exala o contexto nos quais viveu sua vida social intensa. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1997, p. 89).

Nessa perspectiva de que língua e cultura estão sempre ligadas, é interessante pensar sobre a diversidade lingüística e a limitação de diferentes grupos sociais neste sentido.

Quando se fala no ensino de uma língua para pessoas que estão fora do seu país, como é o caso dos refugiados, é preciso levar em consideração que estes carregam consigo elementos culturais que os caracterizam e diferenciam de imediato em relação aos cidadãos do país que o acolhe, como é o caso da língua materna e dos significados simbólicos atribuídos a essa língua. Há sempre um choque cultural na chegada a um novo país e a uma nova sociedade com características e costumes muito próprios e por vezes, bastante divergentes. Trata-se de uma vivência que em muitos casos poderá ser traumática, de perda de identidade cultural. Assim, é importante que a prática de ensino de uma nova língua seja realizada de forma que vá ao encontro das necessidades dessas pessoas, tendo em vista um intercâmbio entre culturas que seja franco e não retoricamente suposto.

No contexto multilíngue atual, a cultura não é mais uma condição compartilhada em uma comunidade singular de indivíduos que pensam da mesma forma, onde todos têm a mesma história, memórias e sonhos para o futuro. A cultura tornou-se desterritorializada, ela vive nas mentes e nos corações dos expatriados, imigrantes, viajantes, está fossilizada nos estereótipos dos livros didáticos, nas fantasias hollywoodianas, nas logos de publicidade e nos jingles de marketing. A mudança de escala – amplificação, compreensão – oferecida pelas mídias eletrônicas não apenas mudou a natureza da comunicação, como também mudou a natureza da própria realidade (KRAMSCH, 2009).

A aprendizagem da língua majoritária do país é, conforme Ana Maria Oliveira (2010, p.63) “um importante meio de integração social por fornecer competências

essenciais ao nível dos contatos pessoais e sociais, do desempenho e evolução escolares e profissionais e da resolução de problemas do quotidiano. Ou seja, para progredir em todas as esferas sociais, é imprescindível que o estrangeiro possua o domínio da língua oficial do país em questão. Esta importância/urgência com a língua para os refugiados se multiplica no sentido de que além de não possuir os recursos financeiros necessários para fazer um curso de idiomas, estas pessoas estão vulneráveis diante da nova realidade que se apresenta e que elas não escolheram.

Como forma de minimizar a exclusão social de refugiados, se faz necessário medidas políticas que propiciem o acesso destas pessoas ao desenvolvimento social, como já foi dito, entretanto, os governos ainda não se atentaram para o fato de que acolher não resolve os problemas. É preciso investir em políticas de promoção do processo de integração dos refugiados, conforme ilustrado pelo nosso depoente N.A. Pensando nisso é de suma importância, que, ao menos, ações afirmativas sejam elaboradas em relação a este assunto como, por exemplo, a criação de programas de extensão universitária nos cursos de Letras voltadas para este público, pensando numa forma de acolhimento destes grupos através da língua, sem afastá-los da sua língua materna, buscando uma troca que possa se manifestar neste convívio.

A criação de um curso de Português como Língua de Acolhimento não é tarefa fácil. Segundo Oliveira (2010), que analisa o contexto português, muito parecido com o brasileiro, as experiências multilíngües dos refugiados costumam trazer uma maior predisposição para lidar com a recepção das diferenças e das semelhanças no aprendizado de uma nova língua. Entretanto, as condições psicossociais a que são submetidos os refugiados podem ocasionar barreiras no aprendizado de outra língua. As expectativas em relação ao novo país, as necessidades urgentes de sobrevivência e as questões emocionais desencadeadas pela situação de fuga e também pelo afastamento familiar, podem contribuir como empecilhos no processo de aprendizagem e integração de refugiados na sociedade. Todos estes, são fatores relevantes, que devem ser levados em consideração no planejamento de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento.

2.4 Português como língua de acolhimento e preservação da língua materna

Segundo Calvet (1999) não são os homens que existem para servir às línguas, mas são as línguas que existem para servir aos homens. Logo, é preciso levar em conta que o ensino de uma nova língua extrapola o ensino da gramática, devendo considerar

não apenas o sujeito individualmente, mas também o coletivo, estabelecendo contato com as particularidades culturais da língua materna do indivíduo. Existem muitas implicações no ensino-aprendizagem de uma nova língua. No caso dos refugiados, as implicações podem ser tanto estimulantes quanto dificultosas, já que diante desta situação a necessidade e a ansiedade andam juntas. Mas, com certeza, os estímulos que são gerados também pela necessidade, acabam prevalecendo sobre as dificuldades e os refugiados se empenham para não continuar no desconhecimento da língua que acaba prejudicando e atrasando o objetivo de integração com o país que tem como ponto central restabelecer um modo de vida similar ao que tinham em seus países, principalmente em relação aos aspectos financeiros.

É fato que o desconhecimento da língua representa um obstáculo às necessidades emergenciais dos refugiados, como a inserção no mercado de trabalho, nas escolas e nas universidades, além do desconhecimento também dos seus direitos e deveres enquanto cidadão, criando uma desigualdade que os deixa mais vulneráveis no processo de adaptação ao país. Assim, a busca pelo aprendizado se dá nos mais diversos contextos, sejam eles formais ou informais de exposição à língua. Surge da necessidade de se comunicar e da interação com a sociedade envolvente.

É preciso considerar que o processo de aprendizado de uma nova língua não se limita a uma sala de aula com um professor experiente. O aprendizado se dá através do contato direto com a sociedade em suas mais diversas esferas de comunicação. No caso dos refugiados, esse contato se dá no dia-a-dia em meio as dificuldades e obstáculos que vão surgindo no processo de adaptação. Todavia, é preciso reconhecer que, apesar de as circunstâncias informais serem um ponto de partida de aprendizado da língua, ainda é limitada e simples para estas pessoas que buscam a formação e o desempenho profissional que viviam em seus países, como mostra as falas de dois refugiados sírios, participante de um curso de português na cidade de São Paulo que está exposto na internet:

“[O curso] ajuda para falar português, ler e escrever um pouco. Esse curso é muito importante para nós porque, quando chegamos aqui, não falávamos nada de português”. Há cinco meses, consegui trazer a família e tirá-la do meio da guerra. Na Síria, estudava economia e agora quero aperfeiçoar o idioma para terminar o curso aqui no Brasil”.

“Eu sou advogada e preciso estudar a língua da academia, não só do dia a dia. Eu falo inglês, mas aqui as pessoas não usam essa língua”. (Entrevista de uma refugiada ao Memorial Digital do Refugiado em São Paulo).

Ou seja, o aprendizado da língua faz parte do processo identitário destas pessoas na nova sociedade em que estão inseridas através, por exemplo, da revalidação de títulos e

retorno aos estudos.

No processo de aprendizagem da língua portuguesa por refugiados sírios, é preciso levar em consideração que a sensação de desassossego que acompanha estas pessoas nos contatos iniciais com a nova cultura, interfere no ensino aprendizagem, visto que elas não escolhem aprender uma nova língua e sobre uma nova cultura, além da condição de vulnerabilidade em que se encontram e as questões emocionais por estarem fugindo e afastados de seus familiares. Essa situação pode causar um bloqueio inicial que os despersonaliza momentaneamente, até que as dificuldades sejam superadas e sejam inseridos na nova realidade e o refugiado se reconheça como parte integrante do lugar em que irá recomeçar a vida. Dessa forma, entende-se que no ensino de Português como língua de acolhimento, é preciso situar o aprendente no contexto social do qual ele saiu e no qual está sendo inserido.

Vê-se a língua, também, como forma de comunicação, fator de interação social, veículo de cultura. Tendo essa concepção de língua, o ensino muda, e, também, muda na medida em que se pensa para quem se ensina. O fator interacional é importante para que a educação intercultural aconteça e de fato flua. (TEIXEIRA e RIBEIRO, 2012, p.287)

De acordo com Batista (2012), “uma língua natural equivale à produção e condição de vida real em sociedade”. Ou seja, a língua só é construída através das múltiplas relações formadas entre indivíduos, e se constitui dentro dos padrões de cultura de uma sociedade. Assim, é impossível ver a língua, bem como ensiná-la, sem inserí-la num contexto cultural. E é sob este ponto de vista que deve se fundamentar também o ensino de PLA para refugiados, como propõe Batista em seu artigo intitulado “Especificidades do ensino de PLE”:

A língua revela um todo múltiplo numa pluralidade de mundos ou espaços. Assim, ensinar línguas é ensinar o social, o humano, o político, o histórico, o geográfico e o econômico de um povo, compreendendo sua cultura, sua identidade, sua diversidade, contradições e desigualdades de gênero, classes, religiões e emblemas pelos tantos que utilizam a mesma língua. (SIPLE, 2012).

Diante deste contexto, antes de iniciar o processo de ensino de uma determinada língua, é importante também conhecer os aspectos da língua materna do falante, para então inserí-lo num novo espaço cultural, que não substituirá o outro, e estabelecendo neste processo de ensino aprendizagem um diálogo intercultural, onde ambas nacionalidades serão beneficiadas. Ou seja, é importante manter a preservação e proteção do uso da língua materna por estas pessoas. Para os refugiados, essa preservação é imprescindível para manter suas tradições e costumes e integrá-los à

sociedade sem desintegrá-los de suas raízes, mediante interação e respeito com a diversidade cultural.

Aprender a língua do país de acolhida, para os refugiados não é uma questão de escolha e sim de sobrevivência, pois ainda traumatizados pela violência, o processo de integração é uma tarefa muito difícil para quem vem de uma realidade cultural bastante diferente. Assim, cabe à sociedade também, o papel do acolhimento no sentido de exterminar preconceitos e estabelecer uma relação de respeito para com os refugiados, sua cultura e seus costumes. Entretanto, percebe-se a falta de medidas políticas de apoio neste sentido.

Alguns órgãos no Brasil, como já foi dito anteriormente, se tornam responsáveis voluntários pela questão humanitária de acolher refugiados, entretanto, durante esta pesquisa na cidade de Florianópolis, foi possível perceber que existe também um grande engajamento solidário por parte dos próprios árabes que já vivem na cidade há mais tempo. Aliás, esse engajamento é fonte de práticas informais de ensino de língua portuguesa, favorecendo uma política linguística implícita (Calvet, 1999):

*“Nós os recebemos na Mesquita, onde alguns ficam até conseguir outro lugar para viver. Ajudamos com a alimentação, a conseguir os documentos e emprego. Ajudamos com a língua portuguesa para que possam se virar quando estiverem sozinhos. Falamos um pouco em árabe e um pouco em português para ir se adaptando. É assim que eles aprendem, no dia a dia, na dificuldade do dia a dia.”
Sheik (Mesquita de Florianópolis).*

Em vários momentos desta pesquisa, foi possível perceber que a preservação da língua materna pelos sírios se destaca muito no contexto religioso, visto que as celebrações são sempre em árabe. Isso mostra o quanto o primeiro idioma é importante para essas pessoas, visto que esta é uma forma também de manter viva a cultura de pessoas que foram forçadas a deixar pra trás toda a sua vida. Assim, é essencial que o país de acolhida, além de investir no ensino da sua língua, também possa promover a dignificação das línguas usadas por refugiados, dando espaço para a diversidade cultural. Tendo em vista a importância das questões religiosas, por exemplo, e a sua perpetuação nas comunidades sírias como um fator importante de manutenção de identidade cultural, é fundamental que estejam inseridas nas práticas de ensino da língua do país de acolhida.

O refugiado, assim como todo ser humano, tem sua identidade construída através da língua. A língua materna, representa para o ser humano, não apenas um símbolo da sua nacionalidade, mas, também, a sua identidade cultural. É importante que os

refugiados além de expostos à diversidade cultural, possam continuar usando a sua língua materna mesmo no país estrangeiro, para que a sua identidade seja preservada e a sua cultura, que é veiculada por sua língua materna, seja mantida, mesmo em meio ao processo de integração a uma nova sociedade.

CONCLUSÃO

O mundo tem vivido nos últimos anos, uma das maiores crises de refugiados da história. Notícias veiculadas em todos os países, mostram como este tema tão atual está sendo tratado pelos governos dos países de acolhida. Durante toda esta pesquisa, buscou-se entender qual o papel destes governos, especialmente do governo brasileiro, no processo de reintegração destas pessoas e a importância das políticas de migração e refúgio neste contexto.

Embora o país ainda esteja caminhando lentamente, é possível perceber algumas medidas que estão se tornando eficazes no que diz respeito ao acolhimento e reintegração de refugiados, mesmo com a ausência do poder público. A cidade de São Paulo, por exemplo, com todos os seus projetos, torna-se exemplo de esforço e humanidade para outros estados. “Atualmente, o Estado de São Paulo é o destino de mais solicitantes de refúgio do que qualquer outro estado no Brasil. Por sua vez, a cidade de São Paulo é a cidade com o maior número de solicitantes, seguida, de longe, pelas cidades de Campinas e Guarulhos. (CONARE, 2015)

Em muitas declarações, entrevistas e reportagens veiculadas pela internet, com refugiados sírios que chegaram há pouco tempo no Brasil, especialmente do estado de São Paulo, é possível concluir que de uma maneira geral, estas pessoas se sentem gratas para com o país, visto que o Brasil é um dos poucos países a conceder visto (ainda que de turista) para refugiados sírios. A busca pela sobrevivência à guerra os torna mais suscetíveis às condições de vida e conformados com a situação precária às quais são submetidos ao chegar no país, esquecendo, tanto refugiados, quanto governo, que conceder asilo é um dever do Estado, tratando o ato como “caridade”. Dessa forma, e com este pensamento, os refugiados acabam aceitando imposições feitas pela sociedade no processo de “integração”, buscando derrubar as barreiras que surgem, como é o caso da língua, que é a primeira que eles enfrentam nas dificuldades de comunicação logo que chegam nos aeroportos.

Com o objetivo de buscar melhores condições de vida e muitas vezes trazer a família para junto de si, os sírios, que em sua maioria possuíam um alto poder aquisitivo em seu país, donos de comércio, empresas, e com formação acadêmica, buscam romper as barreiras linguísticas.

As indagações propostas por esta pesquisa se pautam numa forma de integração dos refugiados no país de acolhida, sem que estes abandonem a cultura e os costumes do país de origem, baseando-se no reconhecimento e respeito às diferenças nesta área,

por parte tanto da comunidade como das autoridades governamentais e internacionais, estabelecendo uma troca cultural entre os países no que diz respeito às crenças, valores, costumes, hábitos e modos de vida, agregando riqueza de diversidade e conhecimento para ambos, tratando o ensino de Português como língua de acolhimento. Assim, é essencial a implantação de políticas e programas que promovam a inserção de refugiados nas mais variadas áreas de atuação na sociedade, além de garantir o direito de preservação da sua cultura, da qual a língua é o ponto central, baseando-se num artigo da ONU que diz:

Artigo 27 – Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a estas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua. (ONU, 1966, p. 9).

Dessa forma, é preciso que a sociedade se reconheça em suas multiculturalidades e estabeleça com o solicitante de asilo um diálogo que respeite a sua identidade social e valorize também suas tradições e costumes, valorizando a riqueza cultural que estes grupos trazem para o país, além de promover, com a participação das comunidades de refugiados, políticas de apoio e incentivo à estas medidas que visam minimizar a dificuldade no processo de integração destes requerentes de asilo. Esta pesquisa, portanto, não visa oferecer fórmulas de ensino de português para os refugiados sírios, mas problematizar a maneira como as políticas linguísticas brasileiras para os refugiados deixam a desejar em relação à construção de uma sociedade mais linguisticamente tolerante e acolhedora.

REFERÊNCIAS BOBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA FILHO, José Carlos. O ensino de Português para Estrangeiros nas Universidades Brasileiras. **Identidade e caminhos no Ensino de Português para Estrangeiros**. Campinas, SP: Pontes, 1992.

ALMEIDA FILHO, José Carlos. *Fundamentos de Abordagem e Formação no Ensino de PLE e de outras Línguas*. Campinas: Pontes, 2011.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. **Relações entre a infraestrutura e as superestruturas e a interação verbal**. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Laud e Yara F. Vieira. 8.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola: 2002.

FERREIRA, Itacira. **O linguístico e o cultural na sala de aula de PLE**. Perspectivas de investigação em linguística aplicada. Campinas: Pontes, 2008. p. 175-184.

GROSSO, M.J.R. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010.

KUHLMANN, Mariana. A sociolinguística interacional e o Processo identitário de Refugiados. Universidade de São Paulo, 2014.

LEWIS, Bernard. O oriente médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. 1995.

LEWIS, Bernard. Os árabes na história. Editorial Estampa Lisboa, 1990.

SIGNORINI, Inês. Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p.213-231.

GRIPP, Maristela dos Reis Sathler. Aspectos interculturais no ensino de português língua estrangeira (ple). Revista Siple. 2005.

SITES:

ACNUR – Perguntas e Respostas <Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>> Acesso em 04/06/2015.

ACNUR - **Lei 9474/97 e Coletânea de instrumentos de Proteção Internacional de Refugiados e Apátridas.** 4^o Edição. Brasília, 2012. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em 04/06/2015.

ACNUR – **Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos.** <Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-caoa-de-guerras-e-conflitos/>>. Acesso em 04/06/2015.

ACNUR – **Dados sobre refúgio no Brasil.** <Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 04/06/2016.

AMADO, Rosane de Sá. 2013. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. *Rev. SIPLE* 7 (2), Brasília. Disponível em <www.siple.org.br> Acesso em 04/06/2015.

ASSIS, Bruno. 7 coisas que você precisa entender sobre o Estado Islâmico. *Super Interessante*. 08 out 2014. <Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/7-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-o-estado-islamico/>> Acesso em 04/06/2015.

AVELAR, Daniel. Saiba quais são os principais conflitos que aumentam a crise de refugiados na Europa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 set. 2015. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 04/10/2015.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília, 2010. <Disponível em:

<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/livrorefugiobrasil.pdf>> Acesso em 04/10/2015.

MELLO, Roberta. “Sonho Brasileiro” atrai imigrantes e refugiados. *Jornal do Comércio*. 05 jul 2016. <Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/03/cadernos/empresas_e_negocios/490115-sonho-brasileiro-atrai-imigrantes-e-refugiados.html>. Acesso em 05/06/2016.

POUCHARD, Alexandre. Crise de Imigração na Europa: Entenda os conflitos que motivam a saídas dos refugiados de seus países. *Uol notícias internacional*, 11 set 2015. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2015/09/11/entenda-os-conflitos-que-motivam-a-saida-dos-refugiados-de-seus-paises.htm>>. Acesso em 12/10/2015.

SOARES, Carina de Oliveira. A proteção internacional dos refugiados e o sistema brasileiro de concessão de refúgio. *Âmbito Jurídico*, 2009. <Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9430>. Acesso em 12/10/2015.

PEROSA, Teresa. **Seis perguntas para entender a crise humanitária de Refugiados na Europa**: Milhares de refugiados chegam às fronteiras europeias fugindo de guerras, pobreza e violência, em sua maioria, oriundos de regiões do oriente Médio e da África. *Revista Época*. 04 set. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/seis-perguntas-para-entender-crise-humanitaria-de-refugiados-na-europa.html>>. Acesso em 12/10/2015.

HERKENHOFF, João Baptista. O direito de asilo. Disponível em: <http://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/2570694/o-direito-de-asilo>. Acesso em 12/10/2015.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Declaração sobre asilo territorial – 1967. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Refugiados-Asilos-Nacionalidades-e-Ap%C3%A1tridas/declaracao-sobre-asilo-territorial.html>>. Acesso em 12/10/2015.

ACNUR. Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Direitos_e_D

[everes dos Solicitantes de Refugio e Refugiados no Brasil - 2012.pdf?view=1](#)>

Acesso em 12/10/2015.

BARRUCHO, Luis Guilherme; COSTA, Camilla. Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. BBC Brasil. 9 set 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comp_aracao_internacional_lgb> Acesso em 12/10/2015.

CUKIER, Heni Ozi. O dilema dos refugiados na Europa. *Exame*. 08 set 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/risco-politico-global/2015/09/08/o-dilema-dos-refugiados/>> Acesso em 12/10/2015.

BETTONI, Tatiana. Migrantes e refugiados encontram apoio na Arquidiocese de Florianópolis. *A12 notícias*. 09 mar 2015. Disponível em: <<http://www.a12.com/noticias/detalhes/migrantes-e-refugiados-encontram-apoio-na-arquidiocese-de-florianopolis>> Acesso em 12/10/2015.

OLIVEIRA, Tanara Adriano de. Conflitos no Oriente Médio e sua contextualização. Cáritas Brasileira. 21 out 2015. Disponível em: <<http://caritas.org.br/category/refugiados-noticias>> Acesso em 22/11/2015.

LISSARDY, Gerardo. Como o Brasil virou o principal refúgio de sírios na América Latina. BBC Brasil. 14 jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_sirios_refugiados_brasil_pai> Acesso em 22/11/2015.

HAYDU, Marcelo. Por que integrar é preciso? ADUS – Instituto de Reintegração do refugiado – Brasil. 20 jan 2016. Disponível em <<http://www.adus.org.br/2016/01/por-que-integrar-e-preciso/>> Acesso em 21 fev 2016.

ANEXOS



Guerra na Síria. Foto Brian McCarty. Fonte: O globo.



Mesquita de Florianópolis. Foto: Betina Humeres. Fonte: Agência RBS.



Sírios andam em meio a escombros em Douma, a leste de Damasco, após bombardeio das forças de Assad, em 30 de agosto. Fonte: Carta Capital.

